Sumário

Agradecimentos 3

Prefácio (ELIVAL DA SILVA RAMOS) 7

1. Introdução 13
1.1 Justificativa
1.1.1 Tratamento doutrinário da arguição de descumprimento de preceito fundamental 17
1.1.2 Tratamento jurisprudencial da arguição de descumprimento de preceito fundamental 19
1.2 Metodologia 28
1.3 Plano da obra 30

2. Histórico
2.1 Fundamento constitucional 32
2.1.1 Propostas de criação da regra constitucional 33
2.1.2 Propostas de revisão da regra constitucional 34
2.2 Fundamento infraconstitucional 35
2.2.1 Propostas de regulamentação da regra constitucional 36
2.2.1.1 *Projeto Sandra Starling* 36
2.2.1.2 *Projeto da Comissão de Juristas* 37
2.2.1.3 *Projeto Prisco Viana* 37
2.2.2 Os vetos do Executivo 38
2.2.3 Situação atual da Lei 9.882/1999 39

3. Núcleos Semânticos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e seu significado 42
3.1 "Arguição" 42
3.2 "Descumprimento" 45
3.3 "Preceito fundamental" 47
3.3.1 Conceito de "preceito fundamental" 47
3.3.2 Espécies de preceito fundamental 51
3.3.3 Utilidade da noção de "preceito fundamental" 55

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4 "Decorrente desta Constituição" 57
3.5 "Na forma da lei" 58

4. Direito Estrangeiro 62
4.1 Recurso de amparo espanhol 63
4.2 Recurso constitucional alemão 65
4.3 Síntese: similaridades e distinções 68

5. Aspectos Processuais 69
5.1 Legitimidade para a arguição de descumprimento de preceito fundamental 72
5.1.1 Pertinência temática 73
5.1.2 Legitimação por qualquer pessoa 75
5.2 Objeto 80
5.2.1 Controle das leis municipais 81
5.2.2 Controle da legislação anterior à Constituição 82
5.2.3 Controle de regulamentos executivos 85
5.2.4 Controle de políticas públicas 87
5.2.5 Controle de emendas constitucionais 92
5.3 Papel do Procurador Geral da República 94
5.4 Papel do Advogado Geral da União 94
5.5 Oitiva de órgãos e entidades e admissão do "amicus curiae" 95
5.6 Subsidiariedade 96
5.7 Decisão
5.7.1 Decisão liminar e seus efeitos 99
5.7.2 Decisão definitiva e seus efeitos 99
5.8 Observações gerais sobre o procedimento 103

6. Perspectivas para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: uma proposta 105
6.1 Duas visões básicas acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental 105
6.2 Posição de André Ramos Tavares 107
6.2.1 Duplicidade de ações 108
6.2.2 Caráter principal da arguição de descumprimento de preceito fundamental e incompletude do sistema 109
6.2.3 Proteção específica dos preceitos fundamentais 109
6.3 Críticas – e uma proposta
6.3.1 Críticas
6.3.1.1 *Desconsideração da visão sistemática do controle principal* 110
6.3.1.2 *Manutenção da duplicidade de ações* 113
6.3.1.3 *Inviabilidade da proteção específica dos preceitos fundamentais* 114

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.2 Proposta de enfrentamento do tema 115
6.3.2.1 *Primeiro atributo: sistematicidade* 115
6.3.2.2 *Segundo atributo: discricionariedade* 118
6.3.2.3 *Terceiro atributo: efetividade* 120
6.3.2.4 *Premissas e desdobramento da proposta*
6.3.2.4.1 Inspiração da proposta 122
6.3.2.4.2 O Supremo como Corte Constitucional 123
6.3.2.4.3 Fortalecimento do STF e legitimidade democrática 126
6.3.2.4.4 Reformulação do sistema de controle brasileiro 131
6.3.2.4.5 Síntese da proposta e a morte da ADPF como perspectiva 137

Referências Bibliográficas 139

Pesquisas Institucionais 160

Sites *Consultados* 160

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br